

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Rita de Cassia Diogo

TEMA: A Educação Inclusiva: Mito ou Verdade?

Belo Horizonte
2020

Rita de Cassia Diogo

TEMA: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MITO OU VERDADE?

Monografia de especialização apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento.

Orientador: Dr. Leonardo Vasconcelos Renault

Coordenadora: Dra. Danielle Cireno Fernandes

Belo Horizonte – MG

2020

301 D591e 2020	<p data-bbox="518 1146 798 1182">Diogo, Rita de Cássia.</p> <p data-bbox="518 1189 1334 1265">A educação inclusiva [manuscrito] : mito ou verdade? / Rita de Cássia Diogo. - 2020.</p> <p data-bbox="555 1267 619 1303">40 f.</p> <p data-bbox="555 1310 1093 1346">Orientador: Leonardo Vasconcelos Renault.</p> <p data-bbox="518 1429 1257 1534">Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Projetos Sociais e Monitoramento - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p data-bbox="561 1541 794 1576">Inclui bibliografia.</p> <p data-bbox="518 1626 1284 1765">1.Educação Inclusiva. 2.Formação de professores. I. Renault, Leonardo Vasconcelos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.</p>
----------------------	--



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

ESPECIALIZAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE 2017771990 - RITA DE CÁSSIA DIOGO

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, composta por Orientador: Leonardo Vasconcelos Renault e Davidson Patrício de Novais para examinar a monografia intitulada “*A Educação Inclusiva: Mito Ou Verdade?*” de 2017771990 - RITA DE CÁSSIA DIOGO. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020

Profa. Danielle Cireno Fernandes
Coordenadora do Curso de Especialização em
Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento

Nome: Rita de Cassia Diogo

Título: A Educação Inclusiva: Mito ou Verdade?

Monografia de especialização apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal, com requisito parcial para obtenção de título de especialista em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento.

Banca examinadora:

Dr. Leonardo Vasconcelos Renault – UFMG
Julgamento: _____

- UFMG

- UFMG

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.

Aos meus pais Bruno (in memoriam) e Rosalina pelo amor, dedicação, educação e apoio em minhas decisões.

Ao Fernando pela cumplicidade e parceria em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Dr. Leonardo Vasconcelos Renault, agradeço pela orientação e por todos os ensinamentos que contribuíram para meu crescimento acadêmico e finalização deste trabalho.

Agradeço a Dra. Danielle Cireno Fernandes e Davidson Patrício Novais pela realização deste curso.

Agradeço também aos professores que compuseram a banca pelo olhar criterioso sobre o trabalho.

A CAPES, agradeço pela concessão da bolsa que permitiu minha dedicação integral aos estudos e à pesquisa.

Aos colegas de pós-graduação e aos tutores, agradeço pelas trocas de informações, diálogos e debates.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação de Itu, por autorizar a pesquisa e a Patrícia Perroni – Supervisora do Núcleo de Apoio Especializado (NAP) pelos esclarecimentos e aos professores adjuntos sujeitos desta pesquisa.

E por fim especialmente com imenso carinho e amor e consideração agradeço a família mineira que me acolheu durante todo esse período de curso dando-me apoio e abrigo, Nathália Fonseca Gomes e sua mãe Rhailid Fonseca Gomes, vocês ficarão guardadas para sempre em meu coração, sou sortuda e eternamente grata por esse curso ter proporcionado conhecer vocês, pessoas lindas, humanas e solidárias.

“A diferença propõe o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a impossibilidade do cálculo, da definição, a multiplicidade incontrolável e infinita. Nem melhor nem pior, apenas diferente”. (MANTOAN).

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre a educação inclusiva brasileira, primeiramente procurou entender toda a história da educação especial no Brasil e as normativas legais para uma educação inclusiva, como a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para iluminar esse estudo foi realizada pesquisa literária com a autora Mantoan que muito bem explica sobre a concepção de educação inclusiva e de como trabalhar com essa nova proposta na política pública de educação e também com a autora Pletsch que vem discutir sobre a formação de professores e o desafio permanente de sua atuação diante de uma mudança de paradigma e prática profissional. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa exploratória e de campo com abordagem qualitativa e os resultados proporcionaram um entendimento de como vem ocorrendo a proposta de educação inclusiva na rede de ensino no município de Itu- S.P. Concluímos que a presente temática se abre para outras discussões como a função do professor adjunto e do cuidador nas escolas e também analisar como essa educação inclusiva vem ocorrendo no âmbito das escolas do Estado nos níveis de ensino fundamental II e ensino médio.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Normativas legais. Formação de professores.

Abstract

This work aimed to conduct a study on Brazilian inclusive education, first sought to understand the whole history of special education in Brazil and the legal rules for an inclusive education, such as the Salamanca Declaration, the Law of Education Guidelines and Bases (LGB) and the National Policy of Special Education in the Inclusive education perspective. To illuminate this study, a literary research was conducted with author Mantoan, who explains very well about concept include education and how to work with this new proposal in public education policy and also with author Pletsch who discusses the formation of teachers and the permanent challenge of its performance in the face of a paradigm shift and professional practice. The methodological procedures used were exploratory and field research with qualitative approach and the results provided an understanding of how the proposal of inclusive education in the school system in the municipality of Itu-S.P has been concluded. We conclude that the present theme opens to others discussions such as role of the adjunct teacher and caregiver in schools and also to analyze how this include education has been taking place within the state schools at the elementary II and second level.

Keywords: Inclusive education. Legal norms. Teacher training.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	9
2- REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1- Linha do tempo do processo histórico da educação especial e normativas legais para uma educação inclusiva	10
2.2 – A Educação Inclusiva Brasileira	13
2.3- A formação de professores para uma educação inclusiva um desafio permanente a ser alcançado	18
3- MATERIAIS E METODOLOGIA	22
3.1 Pesquisa exploratória	22
3.2 Pesquisa de Campo	22
4- RESULTADOS	23
4.1 – Tempo de atuação como professor e tempo de atuação como professor adjunto na área da educação inclusiva	23
4.2- Qualidade na área de educação inclusiva	25
4.3 – Percepção sobre a escola inclusiva	26
4.4- Conhecimento da Legislação em educação Inclusiva.....	27
4.5- Autopercepção da capacidade de lidar com alunos com deficiência	28
4.6 - Metodologias inclusivas de ensino	28
4.7 - Integração com políticas educacionais da escola	29
4.8- Concepção sobre aprendizado e conhecimento do aluno de inclusão	29
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS	34

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monografia vem discutir sobre a Educação Inclusiva no Brasil, mito ou verdade? Essa política pública está realmente de fato sendo realizada na realidade brasileira ou ela está somente na letra da lei? Como isso vem ocorrendo após a Declaração de Salamanca (1994), marco inicial da educação inclusiva, e que traz como objetivo integrar as diversas deficiências no âmbito escolar, com proposta de dar apoio necessário a rede regular de ensino, para que as crianças sejam acolhidas nesse ambiente, sem discriminação considerando as suas diferenças e limitações. As escolas estão dando apoio e estimulando a qualificação dos educadores? Sendo esta uma responsabilidade não só da escola, mas também de todos os envolvidos no processo de educação como pais e comunidade.

O objetivo deste trabalho foi o de realizar um estudo sobre a educação inclusiva brasileira com ênfase na legislação proposta e com autores que discutem sobre essa temática que é contemporânea e tem sido bastante discutida na política pública de educação. O intuito é descobrir se de fato a inclusão acontece realmente no cotidiano das escolas ou se é apenas uma teoria com a finalidade de dizer que se cumpre com a legislação vigente.

Enquanto problema de pesquisa será que as escolas estão preparadas para realizar a inclusão de forma satisfatória, e os professores da rede regular de ensino possuem preparação e/ou qualificação para atender todas as crianças diferentes das demais? Os professores da rede regular de ensino do município de Itu- S.P estão preparados e qualificados para receber alunos com deficiência e incluí-los em suas salas de aula? Existe apoio aos professores e suporte com material adaptado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos alunos o que pode propiciar a garantia de uma educação inclusiva efetiva? A escola fornece aos professores esses materiais para o desenvolvimento das atividades com alunos que possuem deficiência?

A presente pesquisa realizou um estudo sobre a educação inclusiva no Brasil iniciando pela história da educação especial e como esse processo vem ocorrendo nos dias atuais e verificou se as escolas e os professores da rede municipal de ensino do município de Itu- S.P estão preparados para a educação inclusiva conforme as normativas brasileiras e se as mesmas ofertam recursos humanos e matérias adaptados para que essa inclusão aconteça de fato.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1- Linha do tempo do processo histórico da educação especial e normativas legais para uma educação inclusiva

A proposta para uma Educação inclusiva no Brasil vem sendo sinalizada desde a Constituição cidadã de 1988, legislação esta que além de prever a educação como direito de todos, sugere a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas para uma educação mais igualitária e que respeite as diferenças de cada um, de maneira que todos cidadãos possam ser tratados e educados com igualdade e oportunidade dentro de uma sociedade contemporânea. Essa proposta vem abrir um novo caminho para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos (BRASIL, 2010).

Para abordarmos esse assunto é necessário entendermos também como se desenvolveu todo o processo histórico da proposta de educação para pessoas consideradas diferentes das demais.

No Brasil historicamente essa proposta inicia-se como “Educação Especial” sendo, um tipo de educação pensada e destinada para atender o aluno que não se enquadrava no padrão normal e regular de ensino.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito da normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicossométricos que, por meio de diagnósticos definem práticas escolares para alunos com deficiências. (BRASIL, 2010 pág. 10)

O atendimento educacional das pessoas com deficiência inicia-se no Brasil Império com duas importantes Instituições, sendo elas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos, em 1857, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Nesse período Imperial com a implantação dessas escolas especializadas é possível perceber que o atendimento especializado começou a ser ofertado apenas a deficiência visual e a auditiva.

No Brasil República em 1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi no Rio Grande do Sul e especializado no atendimento a pessoa com deficiência mental, em 1945 surge a Sociedade Pestalozzi fundada em São Paulo que cria o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação, e em 1954 é fundada a

primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), instituição atualmente existente e em funcionamento em todo território Nacional e que foi se adequando as mudanças da sociedade e de acordo com a legislação da educação brasileira.

A partir de 1961 o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que aponta o direito dos “excepcionais” à educação de preferência nas escolas regulares (BRASIL, 2010). Em 1971 a LDBEN é alterada e ao definir o tratamento especial dos alunos com deficiência não promove uma organização capaz de atender as necessidades educacionais e define um tratamento especial para alunos com qualquer tipo de deficiência, os que possuem atraso de acordo com a idade e os superdotados, reforçando o encaminhamento dos mesmos para as classes e escolas especiais, ou seja segregando esse grupo dos demais que frequentam a escola.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e as pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado (BRASIL, 2010 pág. 11).

A criação desse centro responsável pela gestão da educação especial no Brasil não trouxe uma política pública de acesso à educação e manteve o mesmo tratamento aos considerados diferentes dos demais, e ao aluno com superdotação, por mais que tivesse acesso a escola regular não era realizado um atendimento especializado considerando suas peculiaridades, mantinha-se assim a educação especial como uma política pública a parte, dentro do sistema educacional brasileiro, sem nenhuma proposta de integração

No desenvolvimento da sociedade brasileira e como já apontamos no início desse capítulo a Constituição de 1988 quando traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3, inciso IV CF 1988), está se fundamentando no paradigma da inclusão e dos direitos humanos e define que a educação é um o direito de todos para garantir o desenvolvimento das pessoas, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania e vem também estabelecer o acesso e permanência na escola e a igualdade de condições, é neste momento que inicia-se a sinalização de um escola inclusiva como já apontado anteriormente, a carta

maior ainda propõe que a oferta do atendimento educacional especializado é um dever do Estado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A década de 90 foi decisiva para que a proposta de uma Educação Inclusiva tomasse forma rompendo com a exclusão e segregação vivenciada pelas pessoas com deficiência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 trouxe a obrigação dos pais matricularem seus filhos na escola, bem como a Declaração Mundial de Educação para todos, que ocorreu no mesmo ano.

Entre 7 a 10 de junho de 1994 ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha a Conferência Mundial de Educação Especial, que por meio de seus participantes reconheceu e reafirmou o compromisso de uma “Educação para Todos”, reconhecendo a necessidade e urgência em providenciar uma educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, culminando assim na Declaração de Salamanca documento norteador da pesquisa desse trabalho, e que, trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Esse documento das Nações Unidas trouxe “Regras, Padrões sobre a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência” o qual reivindica que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional de ensino.

O Brasil foi um país signatário da Declaração de Salamanca e publica no mesmo ano a Política Nacional de Educação Especial, essa política não trouxe mudanças significativas no processo de inclusão apenas incluiu nas classes regulares os alunos que possuíam condições de acompanhar e desenvolver atividades programadas.

Em 1996 a nova e atual Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) aponta em seus artigos 58 e 59 a proposta de uma escola inclusiva e acompanhando esse processo de mudança a Resolução CNE/CEB n 2/2001, art. 2, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.(MEC/SEESP, 2001).” (BRASIL, 2010 pág.13). A partir daquele momento começou-se a potencializar uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino.

Após o Plano Nacional de Educação, Convenção de Guatemala e Resoluções, finalmente em 2003 é implementado pelo MEC o Programa de Educação Inclusiva.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com ou sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2010 pág. 14).

Após esse documento novas Leis e Regulamentos vieram estabelecer normas e critérios de acessibilidade, a inclusão da Libras e da escrita Braille na certificação de professores para que o processo de inclusão começasse a se desenvolver nas escolas.

Em 2005 foi implantado em todos os estados os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S, para orientação as famílias e formação de professores. Em 2006 a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência vem orientar para uma educação inclusiva e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação, Justiça e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento para a Educação (PDE), tendo “como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares”(BRASIL, 2010 pág. 15) entre outros, e finalmente em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva chegou com o objetivo de garantir a participação de aprendizagem nas escolas regulares dos alunos com altas habilidades/superdotação, com transtornos globais e com alguma deficiência,

Como podemos entender o processo legal de inclusão demorou muito a acontecer no Brasil, e só foi possível com a instituição de Leis, Declarações e novas Políticas afim de garantir o direito a igualdade oportunidades.

2.2 – A Educação Inclusiva Brasileira

A educação inclusiva no Brasil é uma temática atual, visa garantir que a política de educação chegue a todas as pessoas que possuem alguma dificuldade de aprendizagem, algum tipo de deficiência ou limitação que dificulte o seu aprendizado sem discriminação ou apartação social. Essa proposta vem mudar toda a organização do sistema educacional considerando a necessidade de todos os alunos, portanto

esse sistema deve ser remodelado para receber as pessoas com tais necessidades.

Diante desta questão, Mantoan (2003) explica que:

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes, pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social - alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores, e sobretudo, das condições de pobreza que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos da escola, pois repetem suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com mal habito que fogem ao protótipo da educação formal. (pág.18).

O quadro da escola que a autora relata é de total exclusão e precisa ser mudado para que todos sem exceção tenham acesso ao direito a educação e possam usufruir de uma escola onde se permita aprender mesmo com suas limitações portanto, a inclusão é a forma que existe para mudar essa questão e muitos desafios estão presentes para que haja essa mudança.

O primeiro desafio a ser vencido é a exclusão, enquanto os alunos forem encaminhados para classes especiais e salas de aceleração ou reforço a exclusão permanecerá. “Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas especializados e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso das nossas limitações profissionais” (MANTOAN, 2003, pág.18), situação que ocorre regularmente na maioria das escolas o que demonstra que nem as escolas e nem os professores estão preparados para tal, muitos não querem mudanças, tem medo do novo, estão acostumados com o modelo tradicional de ensino, os alunos são divididos em normais e deficientes, as escolas possuem um modelo conservador, sua lógica enquanto instituição é determinista e mecanicista ignorando as diferenças.

A proposta de inclusão é muito desafiadora e requer dos profissionais vontade e compromisso para a mudança, ela propõe uma ruptura da base organizacional de sua estrutura, propõe mudança de paradigma, ou seja, mudar as práticas de ensino, olhar por outro ângulo, ultrapassar os obstáculos.

Partindo desse pressuposto é importante primeiramente entendermos as diferenças entre integração e inclusão nas escolas.

As tradicionais classes especiais na rede regular de ensino referem-se à integração pois, os alunos estão integrados dentro de um sistema de ensino com currículos adaptados, avaliações especiais, ou seja, a escola não muda, apenas coloca em sua estrutura uma classe com determinadas condições para atender uma demanda que exige um trabalho diferenciado. Dentro dessa concepção o aluno que

está matriculado na escola regular independente de sua condição, terá um espaço adaptado à parte para realizar a aprendizagem de acordo com as suas limitações, isto é a integração.

Quanto a inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos sem exceção, devem frequentar a sala de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003 pág.15).

Esse radicalismo abordado pela autora com a ideia de inclusão, vem propor uma mudança no sistema educacional, é realizar o atendimento sem divisões, separações e segregações, permitindo que, o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos fluam de forma que atendam às suas condições e necessidades peculiares.

Falar em inclusão é considerar as diferenças nas escolas, é lançar o olhar para o aluno que possui algum tipo de deficiência e também o excluído, seja por limitação de aprendizagem ou por superdotação, seja por cor, raça ou credo, a inclusão é a experiência da diversidade. “O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais” (MANTOAN, 2003, pág.20), portanto para que uma escola inclusiva aconteça não é somente a igualdade de oportunidades que deve ser considerada e sim a equidade enquanto princípio de justiça ao respeitar os direitos de cada um, reconhecendo as pluralidades dos sujeitos.

“A inclusão pegou as escolas de calças curtas — isso é irrefutável. E o nível de escolaridade que mais parece ter sido atingido por essa inovação é o ensino fundamental” (MANTOAN, 2003 pág. 27), fase esta de um ensino fragmentado por disciplinas como as tradicionais e consideradas mais importantes como a língua portuguesa e a matemática, disciplinas que trazem um fim em si mesmo, e não formas para entendermos melhor o mundo em que vivemos. Já as disciplinas como artes e educação física contempladas nos currículos não possuem grande importância na concepção regular de ensino. Porém, a arte e a expressão corporal não podem ser desconsideradas neste processo de inclusão, são disciplinas importantes que nos fazem, descortinar muitas facetas, descobrir talentos e habilidades é uma maneira de trabalhar com o aluno no sistema de inclusão possibilitando e estimulando o que ele tem de melhor.

[...] Atualmente, um número cada vez maior de portadores com necessidades especiais está envolvido em atividades artísticas, em todas as áreas: cinema, teatro, música, dança, entre outras. Mais do que dar conta de aspectos da

inclusão social é uma maneira de inserir no cotidiano questões de cidadania, voltada para a busca de conhecimento mútuo, onde o outro se torne visível. Esta visibilidade dá representatividade social. A educação inclusiva só tem sentido se tiver projeção na estrutura social, integrando discursos que vão além do âmbito educacional. (FREITAS e PEREIRA, 2007 pág.11).

Por meio da arte como forma de educação a inclusão pode ser promovida e vivenciada fazendo com que esse aluno apareça, participe e sinta-se parte integrante da sociedade, exercendo a sua cidadania. A escola tradicional resiste a inclusão pois se vê incapaz “de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos” (MANTOAN, 2003 pág.29).

É preciso também ter clareza dessa proposta de inclusão escolar e de como fazê-la, como transformar a escola em um ambiente educacional inclusivo de formação para todos os alunos.

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN, 2003 pág.31)

Para a autora inclusão é promover o aprendizado de acordo com a capacidade, potencialidades e características de cada aluno, é ter um olhar singular único para que se possa atingir a pluralidade, é preciso recriar um modelo educativo que atenda as exigências de uma proposta de inclusão.

“É impossível pensar um sistema educativo inclusivo mantendo o mesmo sistema inalterado” (FREITAS e PEREIRA, 2007 pág.05). As mudanças precisam ser realizadas na própria estrutura das escolas como também a formação dos professores, pais e comunidades também precisam ser integrados a esse processo de inclusão para que ela aconteça de forma abrangente, ou seja uma mudança de paradigma.

A imagem de uma sala de aula homogênea, sem diferenças, não corresponde à realidade da sociedade, e sim a uma ideologia autoritária que vai destruindo e segregando o que não é dominante. Descobrir esta educação atenta aos direitos humanos, o direito às diferenças, significa formar cidadãos conscientes de suas múltiplas vozes. Insistir na diferença é fundamental para formar cidadãos. (FREITAS e PEREIRA, 2007 pág.05).

Vivemos num mundo diverso e em uma sociedade em constantes mudanças, que requer cidadãos mais conscientes e humanos, para que possamos viver em harmonia e paz, respeitando as diferenças, por isso a mudança é necessária e

urgente, novas legislações e normas estão postas, porém é necessário colocá-las em prática, mas não colocá-las em prática somente porque é lei e sim para que o diferente possa usufruir também de uma vida plena, incluir é fazer com que a sociedade se mova e se adapte às diferenças. Grassi (2008) explica que:

De fato, a educação inclusiva representa um novo paradigma, cuja efetivação precisa ser discutida criticamente, considerando-se o contexto social, econômico, político, cultural e histórico e o sistema educacional em que se insere, para que não se percam seus objetivos e acabe sendo um modismo que não transforma, [...] (p.3).

O contexto de um país como o Brasil precisa ser considerado diante da política pública de educação existente, e também sobre a proposta de inclusão, a realidade brasileira possui muitas diferenças de norte a sul, a mistura de povos, de cultura de histórica e outros pontos precisam ser vistos, porque vivemos realidades diferentes de acordo com nossas regiões, porém a mudança precisa se fazer presente para que possamos alcançar o objetivo da inclusão.

Para Arantes (2006) são necessárias as mudanças de concepção, porém as mudanças mais profundas devem acontecer nas práticas educativas e na organização do ensino escolar para que de fato o acesso e a permanência de todos os alunos a escola e a aprendizagem aconteçam, é preciso valorizar a aprendizagem dos considerados diferentes seja pela deficiência ou pela superdotação, buscar formas para que possam aprender, é preciso buscar formas de ensinar, trocar experiências de sucesso, inovar as práticas eliminando os processos excludentes de ensinar. Sabemos que a transformação é lenta, mas só ocorrerá se houver ruptura com o modelo excludente de escola (ARANTES, 2006).

É muito mais confortável dizer que a inclusão não existe e não se faz presente na atualidade por não termos professores preparados, pelas escolas não terem estrutura para realizar os atendimentos ou mesmo que não existem cursos de capacitação e formação aos envolvidos no sistema de ensino, porém a inclusão não pode ser ignorada e essas questões precisam ser mudadas e combatidas.

Trabalhar com as diferenças é desafiador pois, propõe mudanças, quebras de paradigmas, lidar com o novo e desconhecido, requer fazer diferente, reinventar, inovar, procurar novos caminhos e formas, sair da zona de conforto, arregaçar as mangas, se desafiar, aprender e crescer, acredito que com esses conceitos e ações a educação inclusiva se fará presente em nosso país e só diante dessas mudanças podemos constatar que a inclusão acontecerá de verdade.

2.3- A formação de professores para uma educação inclusiva um desafio permanente a ser alcançado

Como já citamos anteriormente, o Brasil é um país que propõe a inclusão escolar desde a Constituição de 1988 ao atribuir que todos somos iguais perante a lei, e desde então muitas mudanças vem ocorrendo nesse período contemporâneo e para que esse processo aconteça de fato e de maneira justa, estudiosos vem nos explicar e elucidar sobre esta temática e ao discutirmos sobre a política pública da educação brasileira no que se refere a educação especial e suas mudanças para uma educação inclusiva é preciso pensar no ator principal deste cenário chamado escola, o ator que irá conduzir essa educação inclusiva, estamos falando do " professor" que é aquele receberá em sua sala de aula o aluno considerado diferente, portanto, precisamos pensar nesse ator e na sua formação profissional.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996) traz em seu conteúdo um capítulo referente a formação de professores, suas incumbências e indica que estes sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviços de acordo com Pletsch (2009), porém, essa exigência foi revogada e continua-se admitindo professores com o curso de Magistério para lecionar no ensino infantil e fundamental I e quem perde com isso são os alunos, pais e a sociedade. Entretanto para se exercer a profissão de professor é necessário formação com preparo teórico-metodológico para enfrentar as demandas trazidas pelos diferentes tipos de alunos, portanto, justifica-se a formação em ensino superior para que o trabalho seja desenvolvido com qualidade, para tal possuir formação em ensino superior por si só não resolve essa questão.

É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola. (PLETSCH, 2009. pág. 145)

O professor deverá ter uma formação que atenda aos anseios e necessidades da sociedade e o conhecimento e saberes adquiridos deverão estar articulados com a responsabilidade e competência profissional, fazendo com que prática profissional seja pautada numa teoria que iluminará suas ações.

Quanto ao ensino para alunos com necessidades especiais a LDB (1996) orienta que os professores tenham especialização adequada e sejam capacitados.

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (PLETSCH apud NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2009, p.148)

A formação profissional é um aspecto relevante para a implementação da educação inclusiva, esta deve ser pensada como um processo permanente de desenvolvimento profissional, as mudanças no sistema de ensino, as leis, normas e decretos se fazem cada vez mais presentes com novas exigências, é preciso estar atualizado para desenvolver um bom trabalho uma vez que a formação recebida por esses professores irá impactar diretamente na aprendizagem dos alunos.

A proposta de inclusão por ser nova no Brasil ainda é muito incipiente referente aos cursos de capacitação e graduação com especialização sobre essa temática. “Atualmente, são poucos os intercâmbios de experiências positivas de inclusão em âmbito nacional. Além disso pouco se dissemina em termos de pesquisas empíricas envolvendo a temática” (PLETSCH, 2009 pág. 150). Diante desta questão as novas experiências e práticas com educação inclusiva devem ser disseminadas e compartilhadas a fim de elucidar que a inclusão é possível. Muitos professores quando se deparam com um aluno de inclusão possuem a sensação de não saber o que fazer em sala de aula e isso é muito comum, pois a proposta tradicional de ensino não deve existir mais de acordo com a legislação, porém ainda impera, então é necessário procurar novos conhecimentos, ver novas experiências com profissionais inovadores para entender que é possível fazer e se adequar à nova realidade, por outro lado é necessário também que os cursos de graduação se preparem e se aprofundem nesta questão para formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade da inclusão para que esta não aconteça de forma precarizada, como temos vivenciado em diversas escolas brasileiras (PLETSCH, 2009). Os alunos são matriculados e colocados em salas regulares porém sem apoio e orientação do professor, chegando muitas vezes a passar todo o período de aula sentado em sua carteira fazendo algum desenho ou brincando enquanto o professor segue os conteúdos com os demais,

como já foi abordado anteriormente o nome disso é integração dentro do sistema de ensino e não inclusão, ou seja ele está na escola, mas não faz parte dela, o que reforça o processo de exclusão social.

Sabemos que um dos problemas que envolve a educação inclusiva está na formação dos professores e para Pletsch (2009) apud Bueno (1999a e 2001):

[...] o modelo inclusivo requereria dois tipos de professores: a) os chamados *generalistas*, que seriam responsáveis pelas classes regulares e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do alunado; b) os *professores especialistas*, capacitados em diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis para oferecer o necessário suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular à inclusão, ou para atuar diretamente com alunos em classes especiais, salas de recursos. etc. (pág.151)

Existem municípios brasileiros que já adotaram esse modelo, combinando o trabalho do professor regular com o professor especializado como acontece similar no sistema público de ensino do município de Itu- S.P sujeito desta pesquisa. O próprio Plano Nacional de Educação (MEC, 2000) aponta essa integração entre professores para que a educação inclusiva se efetive em âmbito nacional. Para Pletsch (2009) essa proposta é entendida como um ensino itinerante como uma alternativa para que a inclusão aconteça de fato no Brasil.

O ensino itinerante, de acordo com o MEC (MEC/SEESP, 1995), consiste num suporte oferecido por um professor especializado ao professor regular que tem em sua classe alunos especiais. Além disso o professor itinerante deve também dar apoio ao educando incluído, o qual pode ser individual ou em grupo, de acordo com as necessidades específicas de cada caso e, se necessário for, o professor itinerante pode ainda trabalhar com o aluno incluído em horário distinto do tempo de sala de aula. (PLETSCH, 2009 pág.152).

Essa recomendação do Ministério da Educação (MEC) vem referendar que a Educação Inclusiva no Brasil é possível, essa proposta de dois professores em uma sala de aula com diferentes saberes constitui um instrumento favorável para a inclusão, os professores itinerantes podem atuar como agentes de mediação, sensibilização e mobilização junto aos demais funcionários da escola, o seu trabalho vai além da sala de aula por envolver-se também nas relações intraescolares, com os pais e a comunidade. (PLETSCH, 2005).

Para Mantoan (2004) uma das barreiras que existe nos processos de inclusão é a queixa do professor referente falta de preparo ou formação para lidar com a inclusão, muitos alegam desconhecimento e medo para enfrentar essa questão o que

causa resistência no primeiro impacto, e quando recebem um aluno de inclusão., alegam não possuir formação para lidar com esse tipo de aluno.

Mittler (2003) explica que os professores possuem conhecimento e habilidades para realizar essa tarefa. “O que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade” (MITTLER, 2003, p.181), porém, não descarta a importância da formação e de novos conhecimentos.

Apesar de destacarmos que a formação continuada do professor é essencial, essa por si só não basta, é preciso compreender que o espaço escola possui um papel e uma função social, portanto, este local que já chamamos de cenário anteriormente precisa estar aberto as mudanças para vencer as barreiras que ela mesma impõe, é preciso que a escola se articule com país e comunidade, um ambiente onde todos estão inseridos no processo, a probabilidade de sucesso para dar certo é maior, isso se chama união.

Frente ao processo de inclusão escolar que está diante dos nossos olhos o desafio da formação profissional deve ser constante começando pelos cursos de atualização e da graduação em pedagogia que devem ser remodelados e trazer esta temática presente durante todas as fases do curso, deve proporcionar estudos, reflexões e debates sobre todos os tipos de deficiência para que o formando possa entender as peculiaridades que cada deficiência tem, temas como direitos humanos, diversidade étnico, racial e cultural também devem ser tratados. Para Martins (2006) é necessário [...] “uma pedagogia centrada no aluno que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas”. (pág. 15), ou seja olhar para o alunos enquanto ser individual que traz junto de si limitações as quais dificultam o seu desenvolvimento mas que essas não o impeçam de viver em uma sociedade que pode e deve se adequar para atenuar o peso dessa diferença.

Mesmo com orientações da Constituição de Federal de 1988, Declaração de Salamanca que proclama “que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias” (BRASIL, 2010, pág. 20) e a atual LDB, somente após a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é que a Educação Inclusiva começa a ser vista como uma política pública de direito a educação nas escolas regulares brasileiras aos considerados diferentes dos demais como: os que possuem

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política vem orientar os sistemas de ensino brasileiro e traçar diretrizes a promover respostas às necessidades educacionais especiais. Portanto, há doze anos que o Brasil vem mudando sua forma de realizar a educação especial.

3. MATERIAIS E METODOLOGIA

3.1 Pesquisa exploratória

Com o intuito de fazer um levantamento sobre os professores que trabalham na educação inclusiva foi realizada pesquisa exploratória por meio de entrevista direta com a Sra. Patrícia Pierroni – Coordenadora do Pedagógica de Educação Inclusiva do município de Itu- S.P, cidade centenária conhecida como Berço da República devido a sua participação na história do nosso país, está localizada na região do Vale do Tietê possui “154.147 habitantes” (IBGE, 2010), a cidade está localizada 90 km da capital do Estado de São Paulo tendo como municípios vizinhos Salto, Cabreúva e Porto Feliz

Patrícia também é Supervisora do Núcleo de Atendimento Especializado (NAP) do município supracitado, explicou que na rede municipal de ensino existe o professor titular da sala de aula e também o professor adjunto que é aquele que fica em sala de aula para dar apoio ao aluno de inclusão, similar a proposta do MEC (2000) referente ao professor itinerante, conforme discutido na revisão da literatura.

Explicou também que existem onze salas no município dentro de onze unidades escolares no contraturno escolar, que são as salas de Atendimento Educacional Especializado (mais conhecido como salas de AEE) trata-se de uma sala de recursos multifuncionais atendendo todos os tipos de deficiência onde o professor vai complementar a necessidade pedagógica desse aluno. Essa proposta é uma orientação do Governo Federal onde o aluno frequenta duas horas por semana.

3.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo teve como fonte primária um estudo sobre a literatura referente ao tema, realizou-se como fonte secundária uma pesquisa com a metodologia qualitativa com professores adjuntos por meio de um questionário

semiestruturado. As categorias de análise da coleta de dados foram baseadas na Declaração de Salamanca e sua estrutura de ação em Educação Especial. Participaram como sujeitos da pesquisa dezesseis professores adjuntos de diferentes escolas do município.

Para a realização da mesma, primeiramente, foi enviado um pedido de autorização por meio de abertura de processo administrativo na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu, solicitando autorização da Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa nas escolas. Após a autorização, foi enviado às escolas uma carta de apresentação por meio eletrônico sobre a realização da pesquisa, deixando claro o objetivo da mesma e os aspectos éticos deste trabalho com a garantia do sigilo referente ao anonimato. A identificação no ato da pesquisa foi opcional, porém o sigilo sobre a identificação foi e será mantido.

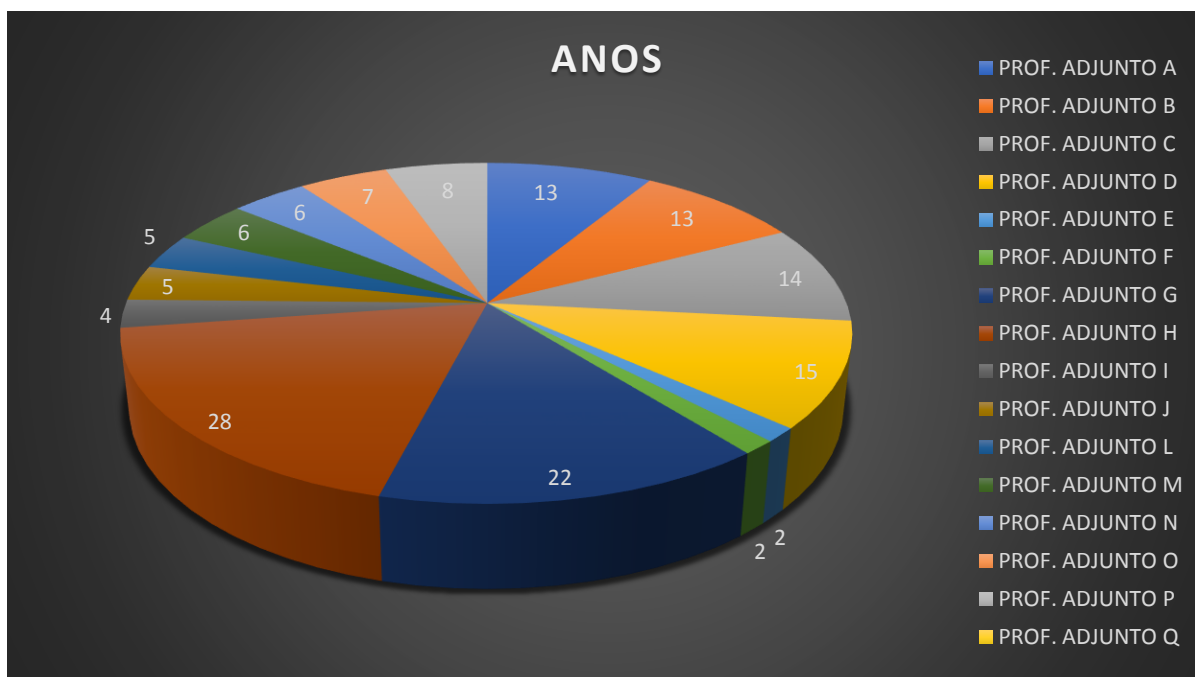
4. RESULTADOS

Apresentamos os resultados da pesquisa realizada com professores adjuntos da rede municipal de ensino do município de Itu. A rede municipal de ensino de Itu possui por volta de 120 professores adjuntos, porém, tivemos pouca participação e adesão, responderam ao questionário da pesquisa dezesseis professores adjuntos, porém, nem todos responderam todas as questões, apesar da pouca adesão acredita-se que este percentual de respondentes que corresponde a 19,2% não compromete os resultados da pesquisa uma vez que constitui uma boa amostragem e um indicativo importante mediante as condições do momento. Dessa forma, mesmo diante do risco, que toda pesquisa corre em relação à extrapolação dos dados, têm-se a expectativa de que os resultados aferidos serão relevantes no contexto do objeto estudado.

4.1 – Tempo de atuação como professor e tempo de atuação como professor adjunto na área da educação inclusiva

Questionamos sobre o tempo de profissão nesta função e as respostas dos professores entrevistados variaram entre 02 meses a 28 anos conforme gráfico 1 abaixo.

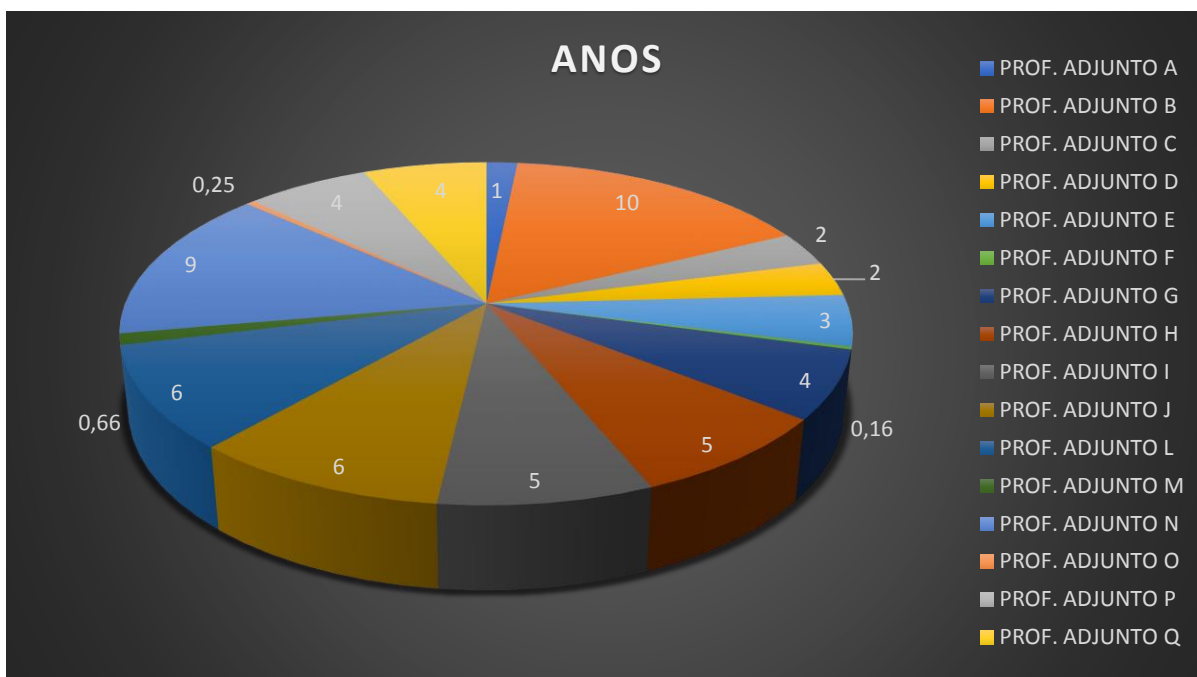
Gráfico 1



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto a atuação na condição de professor adjunto a duração do tempo nesta função variou entre 2 meses a 9 anos conforme gráfico 2. Diante das respostas dos entrevistados analisamos que a rede de ensino municipal de Itu começou a incluir um professor a mais nas salas para receberem alunos de inclusão a partir do ano de 2010, dois anos após a criação do documento da “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” elaborado pelo MEC; Isso mostra que a gestão da rede de ensino já se mobilizou com a contratação mais de professores a fim de garantir que o processo de inclusão se iniciasse de forma legal.

Gráfico 2



Fonte: Elaborado pela autora

4.2- Qualidade na área de educação inclusiva

Numa escola inclusiva a qualificação do professor, a capacitação e cursos de especialização são condições essenciais para que o processo de inclusão aconteça de fato conforme orientações da LDB. Dos 16 professores entrevistamos apenas um relatou que não possuiu curso específico nessa área, outro relatou que está em andamento, ou seja, cursando, mas não apontou qual, e os outros responderam que possuem pelo menos um curso na área, ou seja estão qualificados. Diante das respostas podemos concluir que após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, os professores entenderam que a inclusão é uma realidade que está se fazendo presente e que para trabalharem com esses alunos precisam de formação específica de acordo com as diferentes necessidades especiais que eles apresentam e no entanto foram buscar essa formação de acordo com quadro 1 abaixo:.

Quadro 1 - Cursos na área de educação Inclusiva

Professor Adjunto A	Autismo
Professor Adjunto B	Braille
Professor Adjunto C	Psicopedagogia
Professor Adjunto D	Educação Inclusiva
Professor Adjunto E	Libras
Professor Adjunto F	Não tem
Professor Adjunto G	Educação Especial e Psicopedagoga Institucional
Professor Adjunto H	Pós em Educação Inclusiva
Professor Adjunto I	Pós em educação Inclusiva e Libras
Professor Adjunto J	Educação Inclusiva no contexto inclusivo
Professor Adjunto L	Deficiência Intelectual
Professor Adjunto M	Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Professor Adjunto N	Pós-Graduação em Psicopedagogia
Professor Adjunto O	Pós-Graduação em educação Inclusiva
Professor Adjunto P	Psicopedagogia em Contexto Inclusivo
Professor Adjunto Q	Educação Especial Inclusiva

4.3 – Percepção sobre a escola inclusiva

Neste ponto todos os professores entrevistados apresentaram um entendimento e conhecimento do que é uma escola inclusiva, uns de uma forma mais completa e outros menos, o Professor Adjunto J diz que “Escola inclusiva é uma escola voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Já o professor adjunto L pontua que a “Escola inclusiva é aquela que oferece condições de aprendizagem e acolhe os alunos independente da sua necessidade (especial). Diante do entendimento do professor adjunto L fica evidente que a sua concepção de escola inclusiva não é somente para os que possuem deficiência, mas também os considerados diferentes por alguma outra questão como: cor, raça, religião, etnia e atraso no aprendizado.

Para o professor adjunto Q é “Uma escola que proporciona ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades e garanta a qualidade de ensino respeitando sua singularidade, pois a escola inclusiva vai além das adaptações físicas, para que de fato haja inclusão é fundamental promover um ambiente de respeito, aceitação, tolerância e desenvolvimento social e não computar o aluno

como mais um número”. Diante das respostas desses três professores percebe-se que eles possuem um entendimento mais aprofundado sobre inclusão, diferente do professor adjunto P que entende que é “Uma escola que dá possibilidade ao aluno à sua socialização”, ou seja, apenas para proporcionar o contato social com os demais.

4.4- Conhecimento da Legislação em educação Inclusiva

No questionamento sobre as leis para uma educação inclusiva, apenas três professores disseram conhecer totalmente, seis disseram conhecer em partes e citaram a Declaração de Salamanca, LDB e Estatuto da Pessoa com deficiência, um disse que desconhece e seis nem responderam à questão. Frente ao exposto fica evidente que, os professores adjuntos sabem que a legislação existe sobre a educação inclusiva, que precisa ser cumprida, e que foi por meio das leis que ocorreram essas mudanças, mas não a conhecem de acordo com a análise do **Quadro 2** abaixo.

Quadro 2

Professor Adjunto A	Conhece em partes
Professor Adjunto B	Conhece totalmente
Professor Adjunto C	Conhece em partes
Professor Adjunto D	Conhece em partes
Professor Adjunto E	Conhece em partes
Professor Adjunto F	Desconhece
Professor Adjunto G	Conhece em partes
Professor Adjunto H	Não respondeu
Professor Adjunto I	Não respondeu
Professor Adjunto J	Não respondeu
Professor Adjunto L	Não respondeu
Professor Adjunto M	Não respondeu
Professor Adjunto N	Não respondeu
Professor Adjunto O	Conhece totalmente
Professor Adjunto P	Conhece totalmente
Professor Adjunto Q	Conhece em partes

4.5- Autopercepção da capacidade de lidar com alunos com deficiência

Sobre o sentimento e autopercepção da capacidade e qualificação para trabalhar com alunos que possuem deficiência o professor adjunto B explica que “Nunca estamos preparados, pois a realidade é outra, busco conhecer meu aluno e preparar as aulas que sejam significativas para o seu aprendizado”, juntamente com o professor adjunto G “Não! Mesmo tendo uma Pós no assunto, quando nos deparamos com um aluno de inclusão dentro da sala de aula a realidade é totalmente outra”, ou seja, esses professores possuem qualificação e conhecimento, porém não se sentem seguros diante das diversidades, diferentemente do professor H que relata que “Sim. A cada aluno eu busco apoio nas leis e no departamento da Prefeitura para os alunos com deficiência”, e o professor adjunto F “Sim, necessitamos de mais capacitação dentro do ambiente de trabalho”. Diante das respostas dos professores corroboramos com Mittler (2003) no qual explica que os professores possuem conhecimento e habilidades para realizar suas tarefas, o que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade, por isso ao enfrentar essa questão dizem que não se sentem preparados.

4.6 - Metodologias inclusivas de ensino

Frente as metodologias de ensino de incentivo e o fornecimento de materiais adaptados pela rede de ensino para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com alunos de inclusão o professor adjunto A diz “Não alguns materiais concretos eu faço”, o professor adjunto F coloca que “Até hoje vi somente um livro ampliado para quem tem deficiência visual, mas na verdade é o tamanho do livro que aumenta, suas letras são quase do mesmo tamanho, fora isso não vejo mais nada, o professor adjunto é quem tem que correr atrás de atividades adaptadas para passar o conteúdo para o aluno e muitas vezes essas atividades não são encontradas”, o que diverge do professor adjunto B “Temos diferentes materiais que auxiliam o nosso trabalho, como o material dourado, material pedagógico como letras diferenciadas e de diferentes tamanhos, a escola está sempre pronta para ajudar no que for preciso, impressão de atividades e muito mais”, e do professor adjunto M “Oferece muitos materiais que podemos adaptar conforme a necessidade dos alunos”. Diante das respostas o que se evidencia é que os materiais existem, porém não são socializados com toda a rede de ensino, não sendo acessados por todos os professores, somente alguns sabem a respeito da existência desses materiais.

4.7 - Integração com políticas educacionais da escola

No que se refere a integração com as políticas educacionais da escola o professor adjunto B coloca que “No papel pode ser que sim, mas acredito que precisamos de uma pessoa que realmente tenha vivido em sala de aula, para entender que a prioridade é sempre o aluno, e o adjunto é direito do aluno com deficiência e não da sala de aula”, para ele a política está integrada no papel ou seja que o professor adjunto deve atuar junto ao aluno com deficiência e não para ajudar o professor titular em sala de aula com os outros alunos, já o professor adjunto D diz que “Sim, com a colocação de professores adjuntos na rede”, ele entende junto com os demais professores que o fato de professores adjuntos serem contratados já é uma integração da política educacional diferente do professor adjunto F que faz uma análise crítica referente a integração das políticas educacionais “Bom, o aluno de inclusão permanece o ano todo numa sala de aula com mais de 35 alunos, são agrupados quando os anos se coincidem, o que eu, particularmente acho um absurdo, as vezes chega a acontecer de ter um autista, um cadeirante, um deficiente intelectual numa mesma sala com apenas uma adjunta a qual se desdobra para trocar fraldas e adaptar atividades. Agora diga você as políticas de ensino da rede municipal são integradas???”. Para ele essa questão vai além da proposta de inclusão, pois nesse contexto o professor está mais numa função de cuidador do que para trabalhar com as necessidades pedagógicas do aluno.

4.8- Concepção sobre aprendizado e conhecimento do aluno de inclusão

Ao questionarmos sobre a avaliação do aprendizado do aluno o professor adjunto B declara “A minha aluna participa ativamente de todas as atividades, tanto individuais como de grupo, é sempre estimulada e desafiada a fazer atividades do material estruturado, utilizo letras móveis para a escrita, tabela de número, utilizamos a informática para atividades diferenciadas de adição, subtração, construção de palavras, sua aprendizagem aconteceu de forma concreta respeitando sempre sua deficiência e seus limites”, o professor adjunto F “A avaliação se faz por meio de observações diárias de seus avanços, documentados os devidos registros em portfólio através de relatório e fotos”, de acordo com as falas desses professores os mesmos procuram desenvolver atividades diferenciadas, observando o desenvolvimento e documentando o progresso, diferentemente do professor G “A avaliação se faz por meio de observações diárias, mas referente ao passado, quando

eu estava em uma sala de terceiro ano e com cinco inclusões, posso dizer que nenhum ótimo trabalho foi feito com nenhum deles, por mais esforço que eu tenha tido, a sala sempre muito numerosa e os alunos desinteressados nas atividades adaptadas devido à falta de atenção do professor que precisa dar mais atenção sempre para aqueles com muita, mas muita dificuldade”. Esse professor explica que quando esteve em sala numerosa e com cinco alunos de inclusão não conseguiu registrar as suas avaliações, ou seja, dependendo do tipo de aluno de inclusão esse pode requerer mais atenção do professor adjunto e por vezes falte a esse professor tempo para avaliar o aprendizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo proporcionou a ampliação do conhecimento sobre a educação especial desde a sua história até a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, temática contemporânea e em evidência dentro da política pública da educação brasileira e os seus desdobramentos até então.

Como problema de pesquisa foi o de verificar se as escolas da rede municipal de ensino de Itu- S.P estão preparadas para realizar a inclusão, se os seus professores estão qualificados para trabalhar com essa demanda e se recebem suporte como material adaptado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Na realização da pesquisa foi possível constatar que os professores da rede municipal de ensino de Itu-S.P tem procurado qualificação na área da inclusão à medida que escolhem trabalhar como professores adjuntos, sabem o que é uma escola inclusiva e que existe toda uma legislação que normatiza este processo, mas pouco sabem sobre as leis que regulam a educação inclusiva e acreditam que por mais que estejam qualificados não se sentem totalmente seguros e preparados para trabalhar com a inclusão sendo necessário mais discussões sobre o assunto, trocas de experiências e capacitação continuada.

Quanto aos materiais pedagógicos oferecidos pela rede de ensino para dar suporte ao trabalho, fica evidente na pesquisa divergências e falta de comunicação entre alguns professores e a gestão, enquanto a contratação de professores adjuntos por meio da gestão municipal foi uma forma de integrar a política de educação inclusiva.

A presente analisou também se a educação inclusiva na rede municipal de ensino de Itu no momento trata-se de um mito ou de uma verdade, diante das mudanças que vem ocorrendo no sistema de ensino brasileiro. Com a pesquisa ficou evidente que a educação inclusiva não é um mito, pois de certa forma a legislação está aí e deve ser cumprida, por outro lado a rede municipal de ensino de Itu vem procurando integrar a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com a contratação dos professores adjuntos para o atendimento dessas demandas, assim foi possível constatar que, ainda não é totalmente uma verdade, não tem funcionado de forma linear, tranquila e consistente, ainda existem falhas nos processos de comunicação a respeito da temática e também a respeito do suporte e do material adaptado para trabalho, muito ainda precisa ser feito e discutido, já temos professores com qualificação, mas ainda sem confiança para o enfrentamento da questão.

Essa temática está posta e pode se abrir para novos estudos e discussões como: a atuação do professor adjunto e do cuidador a fim de analisar a diferença e o papel de cada uma dentro das escolas. Outra questão importante é discutir sobre e a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas Estaduais com níveis de ensino fundamental II e ensino médio, nesses espaços ela é um mito ou uma verdade?

Trabalhar com a educação Inclusiva é aceitar as diferenças é um desafio para a escola, professores, pais e comunidade no processo de inclusão escolar, requer vontade, quebra de preconceitos, revisão de práticas e aceitação das diferenças, ou seja, requer trabalho e disseminação de informações e novas práticas

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: <<https://apeoespsbc.com.br/storage/app/media/cursos/inclusao-escolar-antoan.pdf>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em quinze de dezembro de 2019.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em 03/ de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**/ Secretaria de Educação Especial. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei n.9394/96).20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11693408/artigo-20-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em dois de janeiro de 2020.

_____. **Plano Nacional de Educação** (Lei n.º 10.172/01). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em três de /2020

FREITAS, Neli Klix. PEREIRA, Janaína de Abreu. **Necessidades Educativas Especiais Arte, Educação e Inclusão**. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 2, junho 2007. <Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>>.. Acesso em 02 de janeiro de 2020.

GRASSI, Tânia Mara. **A Inclusão e os Desafios para a Formação de Docentes: uma reflexão necessária**. Curitiba: SEED-PR / UFPR, 2008 (Artigo). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa->

[Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907](#)>. Acesso em quinze de dezembro de 2019.

_____, Maria Teresa Egler. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krobo (ORG). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão Escolar: algumas notas introdutórias. In: _____(Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PLETSCH, Marcia Denise. **O professor itinerante como suporte para uma educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-198-ME.pdf>. Acesso em três de janeiro de 2020.

_____, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar em Revista, núm. 33, 2009, pp. 143-156. Universidade Federal do Paraná, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013364010>>. Acesso em 02/01/2019

UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 15/12/2019.

ANEXOS

Questionário

Prezado Professor Adjunto da rede de ensino do Município de Itu,

Venho convidá-lo (a) a participar da pesquisa: “A Educação Inclusiva”, sua participação é voluntária. O objetivo desta entrevista será fazer um estudo analisar a Educação Inclusiva Brasileira. A pesquisa é uma exigência do Curso de Pós-Graduação em Projetos Sociais e Monitoramento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sua contribuição apresentará novos elementos para reflexão deste tema. Consistirá em responder ao questionário abaixo, se comprometendo a fornecer dados concretos referente ao seu conhecimento sobre este tema. As informações relatadas por meio da pesquisa são confidenciais e sigilosas, os dados divulgados se pautam no compromisso de preservar a sua identificação. Sua privacidade será mantida. Durante a entrevista estarei à sua inteira disposição para esclarecer dúvidas sobre as questões e sua relevância para este trabalho por meio do e-mail rita19diogo@gmail.com. Por gentileza enviar o questionário até 13/12/2019.

Grata pela colaboração,

Nome (opcional):

1- Há quanto tempo trabalha como professora?

“13 anos”; “13 anos”; “14 anos”; “15 anos”; “02 anos”; “02 meses”, “22 anos”; “28 anos”; “04 anos”; “05 anos”, “05 anos”, “06 anos”; “06 anos”; “07 anos”; “08 anos” e “01 ano”.

2- Há quanto tempo trabalha como professor adjunto?

“01 ano”; “10 anos”; “02 anos”; “02 anos”; “03 anos”; “02 meses”; “04 anos”; “05 anos”; “05 anos”; “06 anos”; “06 anos”; “08 meses”; “9anos”; “03 meses”; “04 anos” e “04 anos”.

**3- Possui algum curso na área de educação inclusiva? () sim () não
Se sua resposta for sim, qual?**

“Não”

“Sim, autismo”

“Sim, Braille”

“Estou cursando psicopedagogia”

“Educação Inclusiva”

“Sim. Libras”

“Sim. Educação especial e Psicopedagogia Institucional”.

“Sim. Pós em Educação Inclusiva”

“Sim. Pós-Graduação em Educação Inclusiva e Pós em Libras”

“Sim, Educação Inclusiva no contexto Inclusivo”

“Sim. Deficiência Intelectual”.

“Não (em andamento)”.

“Sim. Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional”

“Sim. Pós-Graduação em Educação Inclusiva e Psicopedagogia”

“Sim. Psicopedagogia em contexto inclusivo, educação inclusiva”

“Sim, educação especial inclusiva”

4- O que é para você uma escola inclusiva? Explique

“É uma escola com professores e materiais qualificados para receber um aluno de inclusão”.

“Que atenda às necessidades do aluno especial buscando sempre sua aprendizagem, autonomia e conhecimento de si, e seus direitos”.

“Que acolha a criança em todas as suas especificidades”.

“Uma escola que leva em conta as possibilidades do aluno”.

“Agregar os alunos especiais. E educa-los para a vida em sociedade”.

“Proporcionar acolhimento e capacitar o aluno para conviver em seu meio social com autonomia. Respeitando seu tempo de aprendizagem e suas limitações”

“Uma escola onde os alunos com deficiência podem participar ativamente de todas as atividades, mesmo sendo adaptadas. Onde o aluno é tratado como um todo dentro da sala de aula, participando, dando opiniões, etc.”.

“O direito respeitado ao aluno que precisa ser incluído na escola normal, com adaptação necessária para o atendimento de qualidade e efetivo”.

“Aquela que atende as necessidades adequadas dos alunos”.

“É uma escola que respeita as diversidades e inclui sempre com muito cuidado suas diversidades”.

“Escola inclusiva é uma escola voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

“Escola inclusiva é aquela que oferece condições de aprendizagem e acolhe os alunos independente da sua necessidade(especial). Para que haja esse acolhimento

é necessário que o professor esteja habilitado para receber e acompanhar o aluno preparando-o para a vida”.

“Uma escola que proporciona ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades e garanta de fato a qualidade de ensino respeitando sua singularidade, pois a escola inclusiva vai além das adaptações físicas para que de fato haja inclusão é fundamental promover um ambiente de respeito, aceitação, tolerância e desenvolvimento social e não o computar o aluno como mais um número”.

“Uma escola que dá possibilidade ao aluno a sua socialização”.

5- Você possui conhecimento sobre a legislação brasileira em educação inclusiva? () sim () não Se sua resposta for sim, cite-as quais conhece:

“Já li algumas leis, mas não me lembro para cita-las”.

“Sim, que o objetivo principal é sempre assegurar a plena integração da pessoa com necessidades especiais no contexto socioeconômico e cultural, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, acabar com qualquer forma de discriminação”.

“Sim a Declaração de Salamanca”.

“Sim, lei 13.146/15”.

“Eu sei que é obrigatório o aluno com inclusão ter acesso a escola desde a pré-escola até seus 17 anos de idade. Que o aluno de inclusão tem direito a ter uma professora adjunta para si e atividades adaptadas para o seu entendimento”.

“Sim. Lei 13146.2015 art. 28 sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.

“Lei 9394/96, de 13/09/1990”.

“Parcialmente LDB 9394/96”.

“Sim, criar instrumentos para avaliação da deficiência; Toda a pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidade como as demais e não pode sofrer nenhuma espécie de discriminação; proporcionar ao aluno o especial o desenvolvimento de suas potencialidades”.

“Sim”.

6- Você se sente preparado e qualificado para receber aluno com deficiência? Explique:

“Não, tenho muitas dúvidas”.

“Nunca estamos preparados, pois a realidade é outra, mais busco conhecer meu aluno e preparar as aulas que sejam significativas para o seu aprendizado”.

“Não, nunca estamos preparados para receber um aluno com deficiência, pois ele não é uma máquina com manual e sim um ser humano com suas limitações e gostos”.

“Não, devido a várias síndromes existentes”.

“Nunca estamos preparados, mas eu procuro e busco conhecimento sobre o assunto”.

“Sim, necessitamos de mais capacitação dentro do ambiente de trabalho”.

“Não! Mesmo tendo uma Pós no assunto, quando nos deparamos com um aluno de inclusão dentro da sala de aula a realidade é totalmente outra”.

“Sim. A cada aluno eu busco apoio nas leis e no departamento da Prefeitura para os alunos com deficiência”.

“Sim, mas em relação aos cuidados e de higiene dos esfíncteres, deve-se ter um cuidador, sendo que o professor está voltado para o desenvolvimento pedagógico do aluno, infelizmente não é o que ocorre na nossa rede municipal de ensino”.

“Nunca estamos preparados, cada um é único”.

“Dependendo da deficiência não. Em alguns momentos nos falta capacitação adequada voltada para aquela deficiência”.

“Depende do grau de deficiência do aluno”.

“Sim me sinto preparada para buscar meios para que meu aluno aprenda”.

“Sim, porque gosto de trabalhar com inclusão. Ao receber um aluno as primeiras atitudes é conhecer suas necessidades, analisar, observar e após traçar um plano de ação através de pesquisas investigativas, utilizar recursos disponíveis na unidade e elaborando estratégias conforme suas necessidades para que possa avançar nesse processo”.

“Sim”.

7- A rede municipal de ensino fornece materiais adaptados e incentivo para os desenvolvimentos das atividades pedagógicas? Como isso acontece? Explique:

“Não alguns materiais concretos eu faço”

“Temos diferentes materiais que auxiliam o nosso trabalho, como o material dourado, material pedagógico como letras diferenciadas e de diferentes tamanhos, a escola

está sempre pronta para ajudar no que for preciso, impressão de atividades e muito mais”.

“Iniciei agora como adjunto na rede”

“Não”

“Não. Temos que preparar o material”

“Não”

“Até hoje vi somente um livro ampliado para quem tem deficiência visual, mas na verdade é o tamanho do livro que aumenta, suas letras são quase do mesmo tamanho, fora isso não vejo mais nada, o professor adjunto é que tem que correr atrás de atividades adaptadas para passar o conteúdo para o aluno e muitas vezes essas atividades não são encontradas”.

“Sim. Temos Apoio da gestão escolar e do Núcleo de Apoio da Prefeitura”

“Sim, são utilizados materiais da sala de AEE”

“Depende do grau da deficiência”

“Sim. Nas salas de AEE. Porém não são todos que tem acesso e frequentam”

“Como entrei a pouco tempo ainda não tive acesso aos matérias”

“Oferece muitos materiais que podemos adaptar conforme a necessidade do alunos”

“Sim, através de formações dos professores reuniões, pontuais, congressos, conta com equipe multidisciplinar e apoio pedagógico e sala de recurso. Mas vale ressaltar um ponto primordial que é preciso ter profissionais como psicólogas, terapeutas entre outros, normalmente esses atendimentos são demorados”

“Não”

8- As políticas educacionais da rede municipal de ensino são integradas a educação inclusiva? De que forma isso acontece?

“Sim”

“No papel pode ser que sim, mas acredito que precisamos de uma pessoa que realmente tenha vivido em sala de aula, para entender que a prioridade é sempre o aluno, e o adjunto é direito do aluno com deficiência e não da sala de aula”

“O fato do aluno possui o direito de ter uma professora ao seu lado para ajuda-lo já é um grande direito adquirido”

“Sim, com a colocação de professores adjuntos na rede”

“Não sei responder”

“Bom, o aluno de inclusão permanece o ano todo numa sala de aula com mais de 35 alunos, são agrupados quando os anos se coincidem, o que eu, particularmente acho um absurdo, as vezes chega a acontecer de ter um autista, um cadeirante, um deficiente intelectual numa mesma sala com apenas uma adjunta na qual se desdobra para trocar fraldas e adaptar atividades. Agora diga você as políticas de ensino da rede municipal são integradas???”

“Sim, o aluno de inclusão está inserido no cotidiano da escola sem restrição, somente com adaptações necessárias conforme seus diagnósticos”

“Sim. Nossa rede de ensino comporta o professor adjunto para o acompanhamento do trabalho pedagógico desses alunos juntamente, com professores titulares da sala de aula, realizamos cursos, etc.”

“Sim, através de curso”

“Sim. Uma das formas que acontece é justamente pela contratação de professores adjuntos”

“Ainda não tenho conhecimento deste assunto”

“Sim, na rede municipal há muito professores (adjuntos! Que acompanham os alunos com necessidades especiais, esses por sua vez buscam meios para que o seu aluno desenvolva a aprendizagem”.

“Sim, aos professores contratados para trabalhar com esses alunos que tem formação, ou seja, são professores que auxiliam os professores na sala de aula são exclusivos desses alunos”

9- Como você avalia o aprendizado do seu aluno com deficiência? De que forma isso acontece?

“Ele realiza algumas atividades da material estrutura Anglo, outras são adaptadas. Faz atividades no caderno, adaptada ao seu nível de conhecimento”.

“A minha aluna participa ativamente de todas as atividades, tanto individuais como de grupo, é sempre estimulada e desafiada a fazer atividades do material estruturado, utilizo letras móveis para a escrita, tabela de número, utilizamos a informática, para atividades diferenciadas de adição, subtração, construção de palavras, sua aprendizagem aconteceu de forma concreta respeitando sempre sua deficiência e seus limites”.

“Ele acompanha muito bem todo o conteúdo bem como interage superbem junto com seus colegas e demais professores”.

“Pela providencia e paciência”

“Avalio de um semestre para o outro. Mensurando a capacidade de realizar algo simples”.

“A avaliação se faz por meio de observações diárias de seus avanços, documentando os devidos registros em portfólio através de relatório e fotos”

“A avaliação se faz por meio de observações diárias, mas referente ao passado, quando estava em uma sala de terceiro ano e com cinco inclusões, posso dizer que nenhum ótimo trabalho foram feitos com nenhum deles, por mais esforço que eu tenha tido, a sala sempre muito numerosa e os alunos desinteressados nas atividades adaptadas devido à falta de atenção do professor que precisa dar mais atenção sempre para aqueles com muita, mas muita dificuldade”.

“Em progresso”

“São alunos que na maioria das vezes não nos dão um grande retorno, devido a força de vontade que tem em aprender”.

“Eu trabalho para que ele adquira independência, não só na vida educacional, mas também pessoal.

“No meu caso o aluno progrediu de forma significativa, pois o mesmo não tinha socialização com o meio escolar. Hoje já em pequenos momentos interage com os outros alunos e com o meio, a adaptação dela ainda é curta, pois fica somente 1h e 30m. Apresenta dificuldade de auto regulação, agressividade e agitação. Mas como já citado acima, apresentou um progresso quanto a socialização no meio”.

“Avaliando cada atividade de forma particular, respeitando a cognição do aluno. Estimulando-o com atividades paralelas de reforço, ditados, jogos lúdicos, com matérias disponíveis na unidade, como computadores e biblioteca”.

“A Avaliação do aluno especial deve ser cotidianamente conforme o seu desenvolvimento das atividades, propostas. As atividades propostas devem estimulantes conforme a necessidade de cada um, tais como jogos físicos ou tecnológicos, brincadeiras ou até mesmo atividade registro”

“É pautado nos conhecimentos do aluno da observação diária, participação contínua e sistemática com o objetivo de diagnosticar. Os avanços no processo ensino-aprendizagem de acordo com as particularidades de cada alunos”.

“Meu aluno é autista leve e alfabetizado”